



O GRUPO DE ESTUDOS AÇÕES AFIRMATIVAS (GEAA): UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ESTUDANTES NEGRAS(OS)

Roberta Batista de Faria¹

*Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

Aline Neves Rodrigues Alves²

*Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

Natalino Neves da Silva³

*Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação,
Departamento de Administração Escolar, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

Resumo: Este artigo busca apresentar os sentidos que estudantes negras e não negras atribuem ao Grupo de Estudos Ações Afirmativas (GEAA). O GEAA é uma das ações realizadas pelo Programa Ações Afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Deste modo, por meio das narrativas históricas de suas/seus integrantes, buscamos compreender a importância deste tipo de aquilombamento acadêmico. Os diálogos realizados pelo GEAA apontam em direção à futuridade das lutas antirracistas, pois as sujeitas, com as quais dialogamos, protagonizam, em diferentes espaços formativos, o seu compromisso ético e político frente às desigualdades sociorraciais.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais, Ações Afirmativas, Narrativas Estudantis, Movimento Negro de base Acadêmica.

THE AFFIRMATIVE ACTIONS STUDY GROUP (GEAA): A COLLECTIVE CONSTRUCTION OF BLACK STUDENTS

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: robertabatistafaria@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-4470-7756>

² Mestra e Doutoranda em Educação/FaE-UFMG, formada em Geografia (Licenciatura)/IGC-UFMG e professora de Geografia na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte - SMED/BH. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: alineves2005.doutorado@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3301-3794>

³ Doutorado em Educação pela UFMG. Coordena o Programa Ações Afirmativas na UFMG. Atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação e Docência (Profissional) e Conhecimento e Inclusão Social (Acadêmico), ambos na Faculdade de Educação da UFMG. E-mail: natalgerais@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1746-8713>



Abstract: This article seeks to present the meanings that black and non-black students attribute to the Affirmative Action's Study Group (GEAA). The GEAA is one of the actions carried out by the Affirmative Action's Program at UFMG. In this way, through the historical narratives of its members, we seek to understand the importance of this type of academic settlement. The dialogues carried out reveal that GEAA points towards the futurity of anti-racist struggles, as the subjects with whom we dialogue carry out their ethical and political commitment in the face of socio-racial inequalities in different training spaces.

Keywords: Ethnic-Racial Relations Education, Affirmative Actions, Student Narratives, Academic-based Black Movement.

EL GRUPO DE ESTUDIO DE ACCIONES AFIRMATIVAS (GEAA): UNA CONSTRUCCIÓN COLECTIVA DE ESTUDIANTES NEGROS

Resumen: Este artículo busca presentar los significados que los estudiantes negros y no negros atribuyen al Grupo de Estudio de Acciones Afirmativas (GEAA). El GEAA es una de las acciones realizadas por el Programa de Acciones Afirmativas de la UFMG. De esta manera, a través de las narrativas históricas de sus integrantes, buscamos comprender la importancia de este tipo de asentamiento académico. Los diálogos realizados revelan que el GEAA apunta hacia el futuro de las luchas antirracistas, ya que los sujetos con los que dialogamos realizan su compromiso ético y político frente a las desigualdades socio-raciales en los diferentes espacios de formación.

Palabras-clave: Educación en Relaciones Étnico-Raciales, Acciones Afirmativas, Narrativas Estudiantiles, Movimiento Negro de Base Académica.

LE GROUPE D'ÉTUDE DES ACTIONS AFFIRMATIVES (GEAA): UNE CONSTRUCTION COLLECTIVE DES ÉTUDIANTS NOIR

Résumé: Cet article vise à présenter les significations que les étudiants noirs et non noirs attribuent au groupe d'étude sur les actions positives (GEAA). Le GEAA est l'une des actions menées par le Programme d'Actions Affirmatives de l'UFMG. Ainsi, à travers les récits historiques de ses membres, nous cherchons à comprendre l'importance de ce type d'implantation universitaire. Les dialogues menés révèlent que le GEAA pointe vers l'avenir des luttes antiracistes, comme les sujets avec lesquels nous dialoguons mènent leur engagement éthique et politique face aux inégalités socio-raciales dans différents espaces de formation.

Mots-clés: Éducation aux Relations Ethniques et Raciales, Actions Positives, Récits D'étudiants, Mouvement Noir Universitaire.

INTRODUÇÃO

Nas lutas sociais do movimento negro, a busca pela reparação sempre foi uma ação constante, múltipla e em movimento. O termo “reparação”, neste sentido, elucida o

significado contextual que ele possui. Historicamente, pessoas negras⁴, neste país, sempre passaram por processos de violência, silenciamento e retirada de direitos. As ações do movimento negro possuem uma relação profunda com a resistência desta população, que se organiza pelo direito de existir e pela garantia e legitimidade de seus direitos em nossa sociedade. Estas lutas estão articuladas politicamente entre uma relação de tensão e de conquista desses sujeitos, que tiveram seus direitos negados ao longo da história.

O Movimento Negro é também um coletivo de indivíduos perdidos da história, desprovidos de sua lógica própria, sua identidade por afirmação, e que buscam realizá-la através da negação daquela identidade atual, determinada que está de fora para dentro. O Movimento Negro se radica na tradição comum, ele busca da tradição os elementos que permitam perceber-se a si próprio. Simultaneamente, ele é a afirmação de uma negatividade histórica, de um papel desempenhado na História. Ele é a busca de um outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si” (BARBOSA, 1994, p.35).

Deste modo, observa-se que a coletividade se constitui como uma de suas principais características de luta. Lutas e resistências antirracistas, que sempre foram construídas em diferentes tempos, espaços e linguagens, por parte da população negra neste país.

Foi por meio do trabalho incessante da denúncia, da mobilização, da organização de atividades políticas e culturais, que o Movimento Negro politizou as “múltiplas esferas do cotidiano” da comunidade negra - cotidiano este marcado pelo racismo, a discriminação racial, o preconceito, a violência e as desigualdades econômicas e sociais. Com isso, o Movimento Negro constituiu-se como sujeito coletivo e no processo constante de afirmação da sua identidade política, buscou tornar-se o “sujeito da sua própria história” (CARDOSO, 2002, p. 11).

A luta pelo direito à educação é outro aspecto verificado na história deste movimento. Afinal, sua conquista diz respeito às dimensões de saber-poder, circunscritas em espaços de disputa e legitimação. Destarte, da mesma maneira que a estrutura racial sempre se reconfigura neste país, de igual modo, as lutas antirracistas também assumem o compromisso de resistência.

Desde a Colônia aos dias atuais, pode-se afirmar que o Movimento Negro é a continuidade da resistência contínua e coletiva do povo negro frente à escravização, opressão colonial, a marginalização e ao racismo. A permanência dessa radicalidade do Movimento Negro funda-se na busca incessante pela memória histórica dos homens e mulheres negras, sistematicamente agredida pela estrutura de dominação ocidental-europeia vigente no país nos últimos

⁴ Entende-se por pessoas negras as que se autodeclararam como pretas e pardas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



quinhetos anos. Para o Movimento Negro essa estrutura é o racismo. Portanto, a recorrente expressão dos panfletos e manifestos: “a luta continua, a vitória é certa” (CARDOSO, 2002, p. 12).

Revisitar a memória de lutas da atuação do movimento, no âmbito das universidades, significa, portanto, tomar conhecimentos das políticas de ações afirmativas, que nascem sob a perspectiva de uma ação reparatória, bem como do ativismo negro acadêmico contemporâneo, realizado por Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e seus correlatos, também pela atuação sociopolítica realizada por coletivos estudantis negros, entre outros. Compreender melhor os agenciamentos políticos realizados por estes atores sociais contribui, e muito, para pensar em termos de futuridade, relacionada à democratização do ensino superior brasileiro.

Neste sentido, buscamos dialogar com graduandas, mulheres negras e não negras, que fazem parte do grupo de estudo do Programa Ações Afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), acerca dos sentidos de participar deste grupo e qual é a importância de existirem espaços de quilombamentos universitários, sobretudo para acolher esses(as) novos(as) sujeitos(as) que ingressam nas instituições federais de ensino (IFES), por meio das cotas raciais.

A noção de quilombamento, aqui utilizada, aproxima-se das contribuições dadas pela pesquisadora, intelectual e militante negra Beatriz do Nascimento (1989), que considerava que uma das maneiras de compreender quilombo é por meio do simbólico. Assim sendo, o grupo de estudos consiste em uma das ações formativas antirracistas mais longevas realizadas pelo Programa Ações. A formação destina enriquecer o repertório teórico das participantes, mas também consiste em território negro afetivo emancipatório para se quilombar.

Nessa perspectiva, a experiência realizada pelo Ações, por meio do grupo de estudos, remonta o ativismo intelectual de negros(as) nos anos 1970, que buscavam formar grupo de estudos e discussão da questão racial. Poderíamos referenciar alguns deles, como: Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense (UFF); Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN), criado na Escola Paulista de Medicina, entre tantos outros.

A esta atuação, feita por intelectuais negros(as), no âmbito universitário, o pesquisador Alex Ratts (2009) nomeia como movimento negro de base acadêmica. Em suas palavras, o movimento negro de base acadêmica se trata de projeto político, o qual,

entre outras coisas, reivindica o “direito à universidade e por outras interpretações da formação social brasileira, que não sejam apenas variações do mito da democracia racial” (RATTS, 2009, p.107).

Para estabelecer os diálogos propostos, foram entrevistadas três estudantes negras e não negras, integrantes do grupo de estudo, com vistas a compreender os sentidos, por elas atribuídos, à experiência de participar desta ação formativa. Esta abordagem qualitativa de pesquisa se aproxima da narrativa histórica, em que “mais do que percorrer um conjunto predeterminado de perguntas ou mesmo uma lista preparada de temas, os(as) entrevistados(as) podem simplesmente ser estimulados(as) a contar sua história” (GIBBS, 2009, p. 81).

Neste caso, por serem as principais protagonistas da construção coletiva do grupo de estudo, os sentidos atribuídos são perpassados por afetos, representatividade e conquista. Os depoimentos foram devidamente gravados e transcritos posteriormente. Uma versão preliminar foi apresentada para cada uma das interlocutoras e, a partir do aceite, buscamos trabalhar os sentidos que, em certa medida, estão relacionados com as questões sociais do contexto atual; sem perder de vista o anúncio de futuridade das lutas antirracistas a serem travadas no espaço acadêmico, por meio de suas narrativas.

A preocupação inicial não era de fazer uma exaustiva análise de conteúdo (BARDIN, 2006), do material coletado, mas, sim, permitir que as histórias de vida dessas mulheres, estudantes negras e não negras, emergissem a partir da experiência vivenciada.

O diálogo estabelecido apontou a necessidade de investir na criação e no fortalecimento de territórios de aquilombamentos nas universidades propostos por coletivos negros(as) estudantis e/ou por NEABs. No caso específico do Ações, reiterou a importância de manter esta formação antirracista, que já atingiu diferentes gerações de estudantes negros(as) e não negros(as), no âmbito da UFMG.

O PROGRAMA AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFMG

O Programa Ações Afirmativas, conhecido também como Ações, completa 20 anos de resistência na UFMG no ano de 2022. Ao longo deste processo, foram vários enfrentamentos, desafios e conquistas. Inicialmente, ele foi aprovado enquanto um dos projetos no concurso “Cor no Ensino Superior” e financiado pela Fundação Ford. O

Programa foi idealizado pela professora doutora titular emérita, Nilma Lino Gomes, e o professor doutor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves. O projeto se caracterizava enquanto um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), que, segundo a pesquisadora Vanda Praxedes, “se afirma em um contexto de mobilização política e social. Em um momento em que ocorre no Brasil o debate público sobre ações afirmativas” (PRAXEDES, 2021, p. 77).

Assim sendo, o Ações, enquanto NEAB, “passou a ocupar o centro do debate sobre a questão da democratização da educação no ensino superior brasileiro, ocasionando mudanças substantivas no campo educacional” (PRAXEDES, 2021, p. 77), no âmbito institucional da UFMG. Sediado na Faculdade de Educação (FaE/UFMG), dentre suas diversas ações de ensino, pesquisa e extensão, a sua contribuição se deu por meio da luta coletiva de ampliação e democratização da presença negra (tanto de estudantes, quanto de produção e ações acadêmicas) na Universidade.

Assim, o Programa Ações Afirmativas na UFMG nasce com o principal objetivo de fortalecer a trajetória acadêmica de alunos e alunas negras de graduação da UFMG, com vistas à sua entrada na pós-graduação, configurando-se como um largo passo na tentativa de reversão do quadro de desigualdades raciais no ensino superior e, em especial, na UFMG (GOMES; MARTINS, 2006, p.9-10).

Do ponto de vista do fortalecimento acadêmico, o Programa, desde o início, investiu na permanência estudantil negra, por meio de incentivo da participação em congressos, seminários e eventos acadêmicos, a concessão de bolsas de iniciação científica e extensão, publicação de livros e artigos com a participação dos(as) mesmos(as) etc. De igual modo, o Ações esteve à frente da discussão do processo de democratização do acesso e permanência da população estudantil negra, muito antes da conquista da Lei nº. 12.711/2012⁵, conhecida popularmente como a Lei de Cotas (SILVA et al., 2021).

Acompanhando esse movimento institucional e os debates e atividades promovidas pelo Programa Ações, também emergiram ações oriundas de docentes, alunos e técnico-administrativos da UFMG, demandando ações afirmativas como medidas de democratização do acesso e da permanência de

⁵ A referida Lei garante 50% de reserva de vagas para de cotas raciais e sociais a serem oferecidas em cada curso/turno nas instituições federais de Ensino Superior e Técnico de nível médio e destinadas a candidatos egressos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, pretos, pardos indígenas e pessoas com deficiências. Esse último grupo foi incorporado às reservas pela Lei n. 13.409/2016.



alunos pobres e negros na UFMG, sobretudo, a modalidade de cotas raciais e para egressos de escola pública (PRAXEDES, 2021, p. 85).

Foram vários processos, movimentos de lutas e implementação de diretrizes para que a Lei de cotas fosse regulamentada, enquanto modalidade de cotas sociorraciais. A este respeito, cabe destacar a recente conquista das cotas raciais em Programas de Pós-Graduação na UFMG. Ela foi regulamentada em 2017, através da Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, em que foram adotadas as ações afirmativas para inclusão (pessoas negras, indígenas e com deficiência), considerando que o Programa também fez parte desta luta e conquista.

Ao longo dos anos, gerações de estudantes, negros(as) e não negros(as), vivenciaram a experiência formativa das relações étnico-raciais, por meio da participação no Grupo de Estudo. O despertar para consciência racial, para muitos dos(as) participantes, deu-se, inclusive, neste espaço formativo.

Assim sendo, em pleno contexto pandêmico, ocasionado pela Covid-19, um grupo de mulheres negras, estudantes da graduação do curso de Pedagogia, demandou por reativar as suas atividades. Desde então, o GEAA se constitui um espaço de aquilombamento universitário, que conta com a presença estudantil de diferentes cursos de graduação. São novos olhares, intencionalidades e relações que vêm sendo tecidas em coletivo. Mobilizações como essa apontam para construções de futuridade acerca dos estudos das relações étnico-raciais. E mais, para a construção de conhecimentos no campo da educação emancipatória, democrática e antirracista.

A RETOMADA DO GRUPO DE ESTUDOS AÇÕES AFIRMATIVAS

O aquilombamento realizado no GEAA permite aos(às) participantes compartilharem sentimentos que expressam o pouco espaço de formação e acolhimento dentro das perspectivas étnico-raciais na graduação. Essa constatação é nítida ao nos depararmos com relatos como os da Odara⁶.

Bom, o Grupo de Estudos do Ações Afirmativas renasce como uma demanda, uma ânsia de três alunas da graduação. Partindo do contexto de desconforto em não se sentir pertencente a um local, este desconforto meu e de mais duas amigas, por não estarem em grupo ou coletivo de pares que entendessem as nossas sombras, teias, conflitos e demandas, fez movimentar os nossos corpos

⁶ Os nomes atribuídos às sujeitas reverenciam as contribuições de mulheres negras que são referências históricas.



em busca caminhos e mergulhos novos. (Odara, graduanda do curso de Pedagogia)

Mahín, que fez também parte do movimento de reativação das atividades do grupo, traz as dimensões de suas corporeidades em relação de tensão com o ambiente no qual elas estão inseridas, assim como o movimento de busca por um encaixe, neste mesmo ambiente, à Universidade.

A minha inserção no GEAA, no caso Grupo de Estudos Ações Afirmativas, começou quando eu estava no 2º período da graduação, no ano de 2021, porque eu tinha acabado de mudar de turma. Eu e minhas amigas estávamos em uma turma que não era acolhedora, onde a gente não se identificava, onde as nossas identidades, as nossas vivências simplesmente não batiam. Então a gente optou por mudar de turma por que fomos mapear a questão de se encontrar e tentar encontrar um novo ambiente. Quando mudamos de turma, tivemos mais oportunidade de nos identificar. Nós fomos muito bem acolhidas e continuamos nela até hoje porque temos uma relação muito especial em que todo mundo se entende ou tenta entender as vivências umas das outras. Um professor indicou pra gente (pra mim e pras minhas amigas) que tentássemos contato com outro professor, para saber se ele tinha alguma coisa para oferecer pra gente dentro dessa área de interesse dos estudos das relações étnico-raciais. Então conseguimos contato com esse professor e ele mencionou sobre a existência do grupo de estudos que estava parado e nós topamos imediatamente em começar a participar. (Mahín, graduanda do curso de Pedagogia)

As narrativas dessas mulheres elucidam a seguinte provocação: mesmo após a implementação das Políticas de Ações Afirmativas (PAA), a inserção e a permanência destas sujeitas na Universidade são resultado de um grande desafio. Suas corporeidades, assim como aponta a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2018), fazem parte de processos de regulação e emancipação. Em outros termos, elas vivem a tensão do corpo negro, enquanto resistência e identidade.

O processo de regulação do corpo negro se deu (e ainda se dá) de maneira tensa e dialética com a luta pela emancipação social empreendida pelo negro enquanto sujeito. Esta tem no corpo negro o seu principal ícone político e identitário. O corpo negro pode ser entendido como existência material e simbólica da negra e do negro em nossa sociedade e também como corpo político (GOMES, 2018, p.98).

As percepções das estudantes negras aproximam-se dos achados da pesquisa realizada por França e Tostes (2021), ao investigarem a trajetória de jovens negros na Universidade. No estudo, os relatos de estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) escancaram as complexidades a que são submetidos devido à estrutura racista do ambiente universitário.



Em seus relatos, foi possível observar que os/as estudantes trazem consigo uma trajetória marcada por desafios, que abrangem o enfrentamento das desigualdades raciais na sociedade brasileira, a condição socioeconômica das suas famílias e o racismo existente nas relações estabelecidas no contexto universitário (FRANÇA; TOSTES, 2021, p.32).

Essas partilhas são um convite para compreensão de que não basta apenas a existência das PAA, alertando para a necessidade de discutir as complexidades e subjetividades que atravessam a estrutura, a formação e as relações dos novos sujeitos e sujeitas negros, indígenas, quilombolas, deficientes, LGBTQIA+, etc., que estão presentes hoje nas universidades.

No caso do GEAA, foi necessário um deslocamento das estudantes, entre romper com a hostilidade na qual elas estavam inseridas e investirem na busca de outros espaços, estes politicamente racializados. Espaços que pudessem acolher suas identidades, seus corpos e saberes.

Desta forma, a realização das atividades do grupo conta com a participação de um professor negro universitário e duas estudantes da pós-graduação em Educação (mestra e doutoranda) que assumem o papel de coordenação. Ao longo dos encontros, foram adentrando outros(as) estudantes, priorizando o espaço da graduação, de diferentes formações para estudar, refletir e construir juntos um espaço de formação antirracista, que se dedicasse a conhecer e compreender as produções acadêmicas de intelectuais negros e negras que se dedicam a falar sobre a educação e as relações étnico-raciais.

GEAA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E FORMAÇÃO

Os primeiros encontros do grupo aconteceram no segundo semestre de 2021, quinzenalmente, de maneira síncrona, através das plataformas de reuniões online, pois ocorria em um período mais rigoroso de isolamento social, causado pela pandemia de Covid-19. Em cada encontro, era lida e discutida a produção teórica de um autor(a) negro(a) e, a partir das leituras, esse espaço, até então virtual, abriu-se para partilhas e reflexões coletivas e formativas.

Entre os autores e autoras trabalhados, gostaríamos de destacar algumas reflexões produzidas através dos textos que foram importantes para constituição do grupo. No artigo “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais



no Brasil: uma breve discussão”, da autora Nilma Lino Gomes (2005), a proposta foi que se pudessem ser trabalhados alguns conceitos básicos para o entendimento das estruturas raciais no contexto da sociedade brasileira.

Foram levantadas para discussão as noções de Identidade, Identidade Negra, Raça, Racismo, Etnia, Etnocentrismo, Preconceito Racial, Discriminação Racial e Democracia Racial. Essas noções, presentes no texto e aprofundadas pela autora, foram coletivamente refletidas e, naquele encontro, foram colocadas à luz a compreensão que, para entender a rede de complexidades em que a estrutura racial brasileira está inserida, seria necessário o entendimento social e político dessa estrutura e suas ramificações.

Os termos e conceitos revelam não só a teorização sobre a temática racial, mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira e os atores sociais realizam a respeito das relações raciais. Nesse contexto, é importante destacar o papel dos movimentos sociais, em particular, do Movimento Negro, os quais redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas. Nesse processo, os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos (GOMES, 2005, p.39).

Neste trecho, a autora traz atenção ao papel dos movimentos sociais e do Movimento Negro, assim como os meios políticos e acadêmicos no processo de denúncia e reeducação popular, enquanto uma importante tarefa. Esse papel se relaciona, diretamente, com a intenção do grupo, ao mobilizar estes estudos.

Outro autor trabalhado nos encontros foi o antropólogo Kabengele Munanga (2017), em seu texto “As ambiguidades do racismo à brasileira”. O antropólogo problematiza, em seu texto, as especificidades do racismo em nosso contexto e traz dados importantes para reflexão.

É o caso dos resultados de uma pesquisa científico-jornalística realizada pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pelo Instituto Datafolha, em 1995. Seria interessante interrogar-se como o racismo pode ser cordial apenas no Brasil e não em outros cantos do mundo. Na pesquisa, 89% dos brasileiros entrevistados aceitaram a existência do racismo no país, embora apenas 10% deles tivessem confessado conhecer pessoas que discriminam, ou terem eles próprios discriminados (MUNANGA, 2017, p.34).

Com estes dados, o autor aponta o *Mito da Democracia Racial* como o grande responsável pelo estabelecimento da estrutura racista no contexto brasileiro. Segundo o



antropólogo, o racismo é implícito, comparado a outros regimes supremacistas e segregacionistas de outros países em que o racismo fora institucionalizado. Portanto, se não houve essa violência explícita e institucionalizada, a sociedade brasileira não poderia ser racista.

O mito proclamou no Brasil um paraíso racial, onde as relações entre brancos e negros, brancos e índios etc. são harmoniosas, isto é, sem preconceito e sem discriminação, a não ser de ordem socioeconômica, que atinge todos os brasileiros e não se baseia na cor da pele. Para se consolidar e tornar-se cada vez mais forte, o mito manipula alguns fatos evidenciados na realidade da sociedade brasileira, como a mestiçagem, as personalidades míticas e símbolos da resistência cultural negra no país. Ele vai afirmar que somos um povo mestiço -, uma nova ‘raça’ brasileira, uma raça mestiça. Quem vai discriminar quem, se somos todos mestiços? (MUNANGA, 2017, p.38)

Com base neste texto, o grupo pôde revisitar memórias em que o *Mito da Democracia Racial* fez parte de suas experiências. No encontro, puderam, também, aprofundar e qualificar o debate acerca deste mito que assola a realidade brasileira e seus atravessamentos na educação.

Outra produção foi o artigo “Movimento negro e educação”, dos intelectuais Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000). Nesta leitura, o grupo pôde conhecer grandes organizações do movimento negro que, através de diferentes linguagens, promoveram politicamente o letramento, assim como a consciência racial das pessoas negras, nos diferentes tempos históricos.

Foi de grande importância para a formação dos integrantes do grupo revistar e reconhecer o histórico de lutas do Movimento Negro pela educação, em sua pluralidade, desde o período escravocrata e pós-abolição, até a institucionalização de grandes organizações e leis que ampliaram e democratizaram o acesso da população negra à educação e sua permanência, enquanto direito.

As questões de gênero também foram discutidas naquele período nos encontros do grupo. Uma das bases teóricas nestas discussões foi o texto “Intelectuais Negras”, de bell hooks (1995). Neste encontro, as participantes trouxeram dimensões que as atravessam na vida acadêmica e dialogam diretamente com as reflexões provocadas por bell hooks.

Foi conversado sobre as dificuldades que mulheres negras possuem de se legitimarem enquanto intelectuais no campo acadêmico. Dificuldades atravessadas pela estrutura machista, sexista e racista presente na sociedade e, conseqüentemente, na



academia. Houve espaço também para reflexões sobre o comprometimento que as mulheres negras intelectuais precisam possuir para romperem com essa lógica silenciadora e ocuparem seus espaços de direito.

Num contexto social capitalista, de supremacia patriarcal branca como esta cultura, nenhuma negra pode se tornar intelectual sem descolonizar a mente. Mulheres negras podem se tornar acadêmicas bem-sucedidas sem passar por esse processo e, na verdade, a manutenção da mente colonizada pode habitá-las a vencer a academia, mas isso não intensifica o processo intelectual (...). Para contrabalancear a baixa estima constante e ativamente imposta às negras numa cultura racista/sexista e anti-intelectual, aquelas entre nós que se tornam intelectuais devem estar sempre vigilantes. Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos nas próprias estruturas, instituições e indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender. Muitas vezes, temos de ser capazes de afirmar que o trabalho que fazemos é valioso mesmo que não seja julgado assim dentro de estruturas socialmente legitimadas. Afirmando no isolamento que o trabalho que fazemos pode ter impacto significativo numa estrutura coletiva, devemos com frequência tomar a iniciativa de chamar a atenção para o nosso trabalho de um modo que reforce e fortaleça um senso de público (hooks, 1995, p. 474).

Esse movimento, feito no ano de 2021, foi um processo de construção coletiva, em que o grupo estava recuperando seu corpo e identidade, em que as/os participantes estavam se conhecendo e chegando aos poucos, tateando referências cruciais e iniciando debates em torno das relações étnico-raciais e educação. Portanto, neste período, para além dos conteúdos trabalhados, muito importante foi o acolhimento e a construção da noção de pertencimento daquele espaço, que, até então, se constituía através das telas.

Com a flexibilização da pandemia de Covid-19, o grupo voltou a colocar em pauta a realização dos encontros em caráter presencial; junto disso, o alinhamento das expectativas e intencionalidades que seriam construídas adiante. Depois de algumas reuniões, a coordenação compreendeu que seria interessante investir os estudos na leitura e discussão de uma obra que contribuiu com as relações étnico-raciais.

Isso só foi possível devido ao investimento de estudos realizados anteriormente, pois, a partir deles, foi possível conhecer conceitos, ampliar questões e construir reflexões acerca dessa área de conhecimento. A expectativa, então, seria aprofundar o conhecimento, a partir de uma produção acadêmica produzida por um(a) intelectual negro(a), que demandasse um acompanhamento mais profundo.

Nesse caso, a obra escolhida foi *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 - 1998*, escrita pelo filósofo e historiador Marcos Antônio Cardoso. Este livro é resultado



da sua dissertação de mestrado, com o mesmo título. A escolha por esta obra surgiu da seguinte indagação: como tem se dado o combate ao racismo realizado pelo movimento negro na capital mineira, ao longo da história? Um dos objetivos do GEAA é compreender a luta antirracista realizada por intelectuais negros(as) no território negro mineiro.

Assim sendo, compreender, através de uma perspectiva histórica, a atuação sociopolítica e educativa do Movimento Negro na cidade de Belo Horizonte foi recebido de maneira positiva pelos(as) participantes do grupo, que viram a necessidade de conhecer como este movimento tomou corpo na cidade. O estudo da obra possibilita, assim, tomar conhecimento das contribuições teóricas e acadêmicas de intelectuais negros(as) que nela habitam.

AS DIMENSÕES FORMATIVAS DO GEAA - O OLHAR DAS INTEGRANTES

Desta maneira, os encontros vieram acontecendo de forma presencial, respeitando a temporalidade dos encontros realizados quinzenalmente, sendo que, a cada reunião, discutíamos, coletivamente, uma parte da leitura desse livro. Esse espaço de troca se caracteriza também como um lugar formativo antirracista. Quanto a isso, alguns integrantes compartilharam como o GEAA tem contribuído racialmente em sua formação, enquanto estudante e pesquisador/a,

Hoje é uma experiência extremamente importante pra mim, faz parte da minha trajetória acadêmica e não só da minha trajetória acadêmica, mas me auxilia a entender os espaços que ocupo fora da Universidade. Os meus ciclos e afetos que me faz entender também a vida de um jeito mais leve, porque eu ficava bem pilhada, bem preocupada com algumas questões, um medo imenso de não me sentir em casa quando eu estava com algumas pessoas e em alguns ciclos sociais. Fazer parte do GEAA, me possibilita que eu encontre meios de fazer a minha casa, que eu encontre também locais que sejam casa, a possibilidade de eu me aquilombar. Então o GEAA contribui racialmente na minha construção enquanto estudante e pesquisadora, no caso eu ainda não sou pesquisadora, mas enquanto estudante, essa necessidade de ocupar espaços dentro da Universidade, que eu entendo também que são meus por direito, enquanto estudante negra, que é a possibilidade de levar minhas vivências pros espaços de sala de aula, para minhas atuações e para fazer compartilhar saberes. O GEAA é um movimento de poder me aquilombar, estar dentro enquanto estudante sem precisar separar do que sou para me fazer presente porque me entendo como sujeito integral por um todo, que eu levo cada coisa que aprendo de um lugar para o outro. Então, isso tem sido mais ou menos a minha meta, o meu caminho acadêmico, principalmente na questão de entender que tenho vontade de entrar para pesquisas ou mapear questões de corpo-território com

sujeitos negros e as relações étnico-raciais dentro da educação (Mahin, graduanda do curso de Pedagogia).

Figura 1- Encontro presencial do GEAA



Fonte: Acervo do Programa Ações Afirmativas na UFMG

É muito potente perceber que o GEAA, para além de uma dimensão formativa, também se caracteriza como um espaço afetivo de acolhimento e pertencimento. Quando essa estudante fala sobre a constituição do lugar de pertencimento, transbordando o fazer teórico, traz a dimensão do aquilombamento. Os sentidos atribuídos ao GEAA, portanto, convidam-nos a ampliar o olhar sobre como a presença e o vínculo afetivo emancipatório propiciam o compromisso acadêmico, político e com a coletividade.

O certo é que esses estudantes visam criar um espaço próprio, onde possam construir e exercer algumas das múltiplas formas de representar as identidades negras. Ou seja, constroem o coletivo como um espaço onde criem, celebrem e cultivem sistematicamente uma história do protesto e da mobilização negra no Brasil e no mundo — uma história diaspórica, pois —, onde expressem uma sensibilidade e uma estética próprias, e onde se organizem para reivindicações específicas — em particular contra as discriminações percebidas no sistema universitário e em favor de um currículo que contemple a experiência negra (GUIMARÃES; RIOS; SOTERO, 2020, p. 314).

O GEAA, também, pode ser encarado como espaço de formação, responsabilização e deslocamento. Uma outra integrante do grupo, a estudante Mel, trouxe, em seu relato, a dimensão formativa provocada, não só pelos textos discutidos e reflexões partilhadas, mas também pelas corporeidades presentes nesses encontros.

E como estudante e pesquisadora, o GEAA agregou muito, racialmente falando, porque primeiro eu me racializei né? Me entendi como pessoa branca. Acho interessante o fato de eu ser a única pessoa branca, sabe? Da pra gente refletir bastante sobre. Eu entendi o meu papel, a minha posição racial e entendi a importância de me pronunciar diante às questões raciais. E também, a partir do GEAA eu fiquei com mais vontade de me fortalecer e fortalecer a minha



argumentação porque eu sei que no local que eu ocupo, às vezes vou ser mais ouvida, e a minha voz contra o racismo, ela precisa ser mais incisiva. Por causa do GEAA eu fiquei com vontade de me armar de argumento, porque eu entendi qual que é meu papel nessa luta (Mel graduanda do curso de Pedagogia).

E sua colega, Odara, reforçou a dimensão formativa entre as sensações de pertencimento e deslocamento que acontecem de maneira simultânea nos encontros, junto às reflexões que são produzidas em coletivo.

E ser parte deste coletivo com graduandas(os) negras(os) e brancas(os), acredito que para mim, fala muito sobre permanência e nutrição do meu eu e dos meus pares, fortalecimento do ser e do autoconhecimento da sua ancestralidade e atualidade (...) Ademais, para além, dos seus estudos e debates, centralizar-se dentro de pautas de caráter étnico-raciais, de ações afirmativas, O GEAA é um encontro de pares, ação afirmativa de permanência e resistência. (Odara graduanda do curso de Pedagogia).

CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO

As narrativas históricas realizadas com estudantes negras e não negras revelou a importância de se aquilombar na formação sociorracial das participantes do grupo de estudo. Nesse caso, o GEAA tem contribuído com a produção de sentidos da construção da identidade negra, da valorização da autoestima e do fortalecimento construído coletivamente.

A compreensão desses sentidos nos dá pistas de como o movimento negro se capilariza, a partir das pequenas iniciativas às grandes mobilizações em nossa sociedade, ao longo do tempo. A este respeito, a atuação sociopolítica e educativa que vem sendo realizada, há vários anos, pelo movimento negro de base acadêmica é de fundamental importância. São essas ações que têm possibilitado a acolhida dos(as) estudantes ingressantes por meio das PAA.

De igual modo, os coletivos negros têm sido protagonistas históricos no engajamento da luta antirracista. Nesse caso, nos diálogos estabelecidos, o Programa Ações Afirmativas na UFMG é reconhecido, pelas sujeitas, como fundamental em todo esse processo de construção coletiva.

O movimento negro existe, portanto, como organismo vivo em suas multiplicidades em diferentes localidades, porque é constituído por pessoas engajadas na luta. Ele se manifesta e se materializa de diferentes maneiras em nossa sociedade, possui suas tensões e diferenças, assim como suas aproximações que acontecem de

maneira articulada. A luta de negros(as) em movimentos e de sujeitos diversos que contribuem para erradicar o racismo, promover reparações históricas e construir condições de futuridade democrática, antirracista e emancipatória necessita sempre ser levada em consideração.

O grupo de estudo é uma das ações mais longevas realizadas pelo Programa de Ações Afirmativas. Dentre as várias atividades de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, na formação antirracista das novas gerações, é uma tarefa primordial.

Partindo de uma perspectiva geracional, em que vários sujeitos e sujeitas já vivenciaram esse tipo de formação, a reconfiguração atual da participação das(os) estudantes negras(os) e não negras(os) se insere dentro da realidade e do contexto do processo de democratização da universidade pública brasileira, marcado pela implementação das PAA.

Nessa perspectiva, o GEAA aponta em direção à futuridade das lutas antirracistas, pois as sujeitas com as quais dialogamos protagonizam, em diferentes espaços formativos, o seu compromisso ético e político frente às desigualdades sociorraciais. Por esse motivo, acreditamos no processo de reinvenção do conhecimento da luta antirracista, “porque se tem algo que me fascina no conhecimento, é a sua capacidade de estar sempre aberto para incorporar novas reflexões e construir conclusões provisórias que não são fechamento de um assunto, mas portas abertas para o novo que sempre virá” (GOMES, 2018, p. 133).

E em consonância com o que essa pesquisadora nos diz, a presença dessas e desses estudantes no grupo alimenta a noção de *plantio* para o que virá. A nova geração de pesquisadores negros e pesquisadoras negras, que estão no agora, formando, articulando e construindo coletivamente, reflexões e epistemologias, com base nas contribuições teóricas dos que vieram antes.

É permanecer na ânsia de construir embasamento teórico e simbólico para nutrir a luta por um futuro, por um pós. Fazer presença não só por mim, mas por nós. Estruturar argumentos, novos horizontes e caminhos que antes eu não poderia pensar, como a entrada na faculdade pública e o posterior a ela, ampliar horizontes, mas também se voltar o olhar para do micro para o macro, com as movimentações e corporeidades políticas na luta no movimento negro. É sobre a compreender a importância dos que vieram antes e o qual é o meu lugar futuro nessa construção, sociocultural e política. O GEAA, simbolicamente para mim, me fala sobre a renovação, nutrição de sonhos, e construção de locais



subjetivos, simbólicos e físicos, de certo fala sobre como diria Abdias do Nascimento, Aquilombar-se (Odara, graduanda do curso de Pedagogia).

Por fim, o aquilombamento constituído a partir da participação no GEAA torna-se primordial, não só em relação à acolhida estudantil negra e não negra, como também contribui para o fortalecimento desses sujeitos e dessas sujeitas a enfrentarem o racismo institucional e epistêmico, muitas vezes por eles(as) vivenciados no âmbito das universidades. É neste sentido que o Programa Ações Afirmativas, dentre outras experiências de NEAB e/ou grupos correlatos, apresentam-se como fundamentais no sentido de se constituírem como verdadeiros aquilombamentos acadêmicos, capazes de contribuir com a formação antirracista estudantil universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Wilson Nascimento, SANTOS, Joel Rufino. *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: *Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares*, 1994.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução L. Rego. Lisboa: *Edições 70*, 2006.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

CARDOSO, Marcos Antônio. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: *Mazza Edições*, 2002.

FRANÇA Marileide Gonçalves; TOSTES Adrielle da Silva. A trajetória de jovens negros e negras na universidade: desafios e possibilidades. *Revista da ABPN* v.13, Ed. Especial 30 de outubro de 2021.p. 9-36.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Trad. Roberto Costa. Porto Alegre: *Artmed*, 2009.

GUIMARÃES Antônio Sérgio; RIOS Flávia; SOTERO Edilza. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estudos CEBRAP*. v. 36, n. 2., São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgzjCN/?lang=pt> Acesso em: 15 mar. 2021.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy A. (Org.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na Universidade*. Belo Horizonte: *Ed. Autêntica*, 2006.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis/RJ: *Vozes*, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Secretária de educação continuada, alfabetização e diversidade. – Brasília: *Ministério da Educação*, 2005. Coleção para todos.



GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha, Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Rev. Bras. Educ. [online]*. 2000, n.15, pp.134-158.

hooks, bell. Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*, ano. 3, 1995.

MUNANGA, Kabenguele. As ambigüidades do Racismo à Brasileira. In: Kon, N; Silva, M; ABUD, C. O Racismo e o Negro no Brasil: Questões para a Psicanálise. São Paulo. *Perspectivas*, 2017. p. 33-44.

NASCIMENTO, Beatriz. Textos e narração de Ôri. Transcrição (mimeo), 1989.

SILVA, Natalino Neves da; SANTOS, Adilson Pereira dos; REIS, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. *Educação & Sociedade [online]*. 2021, v. 42, e254841.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. Histórias de lutas, desafios e protagonismos no campo da educação das relações étnico-raciais: o caso do Programa Ações Afirmativas na UFMG na sua primeira década (2002-2013). *Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, vol.14, nº 1. 2021. p, 74-90.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri; SILVA, Joselina da. (Org.). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: *Nandyala*, 2009. p.81-108.

Recebido em: 15/07/2022

Aprovado em: 19/10/2022